# Revendo as datas e fatos e complementando as notas para a História do Ceará

GISAFRAN NAZARENO MOTA JUCÁ(*)

A relação entre o presente e o passado constitui o cerne da construção histórica. Entretanto, as inovações teórico-metodológicas da História sempre suscitam polêmicas, pois os seus agentes consideram-se redentores, tentando superar os limites estabelecidos pelas correntes de interpretação anteriores. Em decorrência das novas posturas persiste um acentuado afã de tentar denegrir o anteriormente louvado. Assim, visualiza-se o ímpeto do marxismo inicial, na ânsia de destruir os resquícios do positivismo, estabelecendo um novo modelo de interpretação. E apesar dos inegáveis avanços trazidos pela interpretação marxista, ela mesmo se apropriou da carcaça de um positivismo tacanho, como se comprova na rigorosa polêmica acerca da existência do conceito de modo de produção asiático, fruto dos postulados estalinistas.

Na década de trinta do presente século, uma nova vertente aflorou na França, espelhada na Revista *Annales*, através do avanço teórico-metodológico de Marc Bloch e Lucien Febvre. Defendendo a interdisciplinaridade e buscando nas demais Ciências Sociais os subsídios básicos à ampliação do campo histórico, extrapolam-se os limites do determinismo econômico do radicalismo marxista, abrindo novos horizontes e buscando novos agentes históricos.

Todavia, se analisarmos de maneira arguta a seqüência das diversas tendências históricas, mesmo reconhecendo as suas nítidas inovações, não se deve querer denegrir as vertentes anteriores, pois delas brota a semente de uma nova visão. A dialética marxista bem o explica.

Desse modo, percebe-se a importância da contribuição deixada pela Historiografia Antiga, o que por sinal é muito bem defi-

(*) Doutor em História Social e Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará.

nido por Walter Benjamin: "O passado arrasta consigo um índice secreto que remete à salvação. Será que não nos tange então uma lufada daquele vento que girou em torno dos ancestrais?"[1]

Recorrendo a essa assertiva, percebe-se o significado da implantação do Projeto Resgate dos Documentos Sobre o Brasil Colônia Existentes no Exterior, Notadamente em Portugal, Coordenado pelo Ministro da Cultura, fruto de "inúmeros convênios e formas de atuação conjunta com Universidades, públicas e privadas, de nível federal e estadual, com Secretarias de Estado da Cultura, com Prefeituras e com Fundações Privadas além de instituições de fomento à pesquisa como CNPq e CAPES."[2]

Destarte, a organização e revisão dos inventários realizados objetivam inventariar e ordenar a documentação para microfilmagem e divulgação no Brasil do conteúdo nele contido. Acontece que tal atividade não representa uma obra inédita. Nos anos setenta, a Professora Maria Célia Guabiraba, então Professora do Curso de História da Universidade Federal do Ceará, elaborou os verbetes, no Arquivo Histórico Ultramarino, da documentação referente à Capitania do Ceará. O referido inventário, num total de 281 páginas, ficou à disposição dos pesquisadores no A.H.U., na Fundação Calouste Gulbekian, Lisboa, patrocinadora da pesquisa, sendo inclusive uma cópia doada à Biblioteca do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará.[3]

É bem verdade que o período de nossa permanência em Lisboa foi por demais restrito: apenas sessenta dias para efetuar uma revisão e complementação do Inventário sobre a Capitania do Ceará. Além disso, o horário de funcionamento do Arquivo Histórico Ultramarino restringe-se ao período de 13 às 19 horas, dificultando ainda mais uma adequação de tempo à tarefa proposta.

[1] Cf. KOTHE, Flávio R. Walter Benjamin. Sociologia. São Paulo, Ed. Ática,1985 p. 154.

[2] Correspondência da Coordenadora Técnica do Projeto Resgate, Profa. Esther Caldas Bertoletti, de 10 jan. 1997, à Profa. Maria Elias Soares, Diretora do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará.

[3] Cf. GUABIRABA, Maria Célia de Araújo. Inventário do Documentário Manuscrito Relativo ao Ceará. Arquivo Histórico Ultramarino. Lisboa, 1976.

Contudo, merece destaque a presteza e orientação que nos foram dirigidas pela Direção e Funcionários do referido Arquivo.[4]

O passo inicial à compreensão do processo histórico do Ceará Colônia, devemo-lo, sem dúvidas, ao trabalho do Barão de Studart, "... para o que precisei despender longo e precioso tempo e não pequeno cabedal...", de acordo com as suas próprias palavras.[5]

O objetivo desse trabalho era "publicar um capítulo inédito do Ceará-colônia".[6] E assim, ao longo das *Suas Notas*, o Barão de Studart nos abriu as portas do Acervo Lusitano, ao indicar e comentar os informes básicos, contidos nos documentos oficiais, relativos à colonização.

Em relação aos dias efetivos por mim dedicados ao trabalho, no Arquivo Histórico Ultramarino, registrou-se uma constante variação, na consulta a cada caixa, uma vez que o tempo gasto dependia do estado e do tipo de grafia dos documentos manuseados. Enquanto em um dia pude concluir a consulta a duas ou três caixas, em outras permaneci até um dia na consulta de apenas uma. Além disso, alguns documentos contidos em uma "capilha" não estavam colocados em ordem cronológica, ocasionando, assim, uma demora maior do que a registrada em outras "capilhas".

O grande problema enfrentado, a princípio, decorreu da dificuldade de constatar se os documentos, que estavam sendo consultados, já haviam sido cadastrados pela professora Célia Guabiraba (quadro 1). Justifica-se tal questão, em virtude da ordenação das novas caixas não corresponderem exatamente às anteriormente estabelecidas. Por isso, em caso de dúvidas, optamos por fazer um novo resumo dos documentos consultados.[7]

---

[4] Ressalta-se, em especial, as sugestões apresentadas pela Diretora do Arquivo, Dona Maria Luisa da Cunha Meneses Abrantes.

[5] Cf. STUDART, Dr. Guilherme. Duas Palavras in *Notas Para a História do Ceará.* Segunda Metade do Século XVIII. Lisboa, Typographia do Recreio, 1892. Imprescindível, também, ressaltar o valor informativo da conhecida obra Datas e Fatos Para a História do Ceará, v. I e II., do mesmo autor, publicada pela Typographia Studart, em Fortaleza, em 1896.

[6] Idem, op. Cit. p. 9.

[7] Para que se possa compreender a dificuldade da reorganização efetuada, basta lembrar, por exemplo, que alguns documentos, anteriormente localizados em uma das primeiras caixas, haviam sido transferidos para outras, exigindo-se, assim, uma nova numeração do Catálogo.

Quadro 1

| Caixas e Capilhas da Documentação Referente à Capitania do Ceará, Consultadas pela Professora Maria Célia Guabiraba. | | |
|---|---|---|
| No. da Caixa ou Maço | Período | No. de Capilhas |
| CX I | 1618-1730 | 123 |
| CX II | 1731-1744 | 98 |
| CX III | 1745-1759 | 135 |
| CX IV | 1760-1785 | 60 |
| CX V | 1806-1800 | 59 |
| CX VI | 1800-1807 | 63 |
| M 1 | 1713-1829 | 173 |
| M 2 | 1676-1798 | 91 |
| M 3 | 1798-1804 | 92 |
| M4 | 1803-1823 | 107 |
| | **Total de Capilhas** | 1.001 |

De todas as caixas consultadas, a que mais tempo exigiu foi de número 21, porque uma parte das "capilhas", nelas existentes, constituíam documentos sem datação (Cf. quadro 2). Para superar tal obstáculo – por se tratarem de documentos oficiais – baseamo-nos nos nomes dos signatários e/ou destinatários. Também recorremos a algumas fontes, como por exemplo a Revista do Instituto do Ceará, com o intuito de descobrir se ocupavam alguma função pública como, por exemplo, Capitão-Mor.[8]

[8] Além das Revistas do Instituto do Ceará, anteriormente citadas, nos foram úteis as seguintes fontes: Tabela dos Capitães-Mores Governadores da Capitania do Ceará Grande e dos Seus Governadores Independentes in Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza, Typographia Studart. Trimestral. T. XI, 1897, p. 58-60; HENIGE, David P. Colonial Governors from the Fifteenth Century to the Present. A Comprehensive List by... The University of Wisconsin Press Madison, Milwaukee, and London, 1970. Nesta obra encontra-se a relação dos Capitães-Mores das diversas possessões lusitanas. Além dessas, cópias de algumas listas fornecidas pelo A.H.U. nos facilitaram o reconhecimento dos cargos ou funções de alguns dos assinantes ou destinatários dos documentos e também o nome dos Reis de Portugal, uma vez que os documentos eram assinados pelo Rei, sem especificar o respectivo nome do soberano. Vide, por exemplo: Lista dos Presidentes e Conselheiros do Conselho Ultramarino até 1833; Secretários do Conselho Ultramarino (1643-1834); Lista de Secretários de Estado – Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, de 1736 a 1821 e Lista Cronológica dos Ministros, contendo a Relação dos membros do Poder Executivo que geriram os negócios das colônias, desde a criação da Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, por Alvará de julho de 1736.

Quadro 2

| Caixas Atuais da Documentação, por mim Consultada, no Arquivo Histórico Ultramarino | | |
|---|---|---|
| **No. da Caixa** | **Período** | **Número de Capilhas** |
| 1 | 1618-1723 | 64 |
| 2 | 1724-1730 | 112 |
| 3 | 1737-1744 | 67 |
| 4 | 1745-1748 | 85 |
| 5 | 1749-1755 | 91 |
| 6 | 1756-1760 | 77 |
| 7 | 1761-1780 | 88 |
| 8 | 1781-1785 | 42 |
| 9 | 1786-1789 | 44 |
| 10 | 1799 | 77 |
| 11 | 1800 | 40 |
| 12 | 1801 | 30 |
| 13 | 1802 | 53 |
| 14 | 1803 | 57 |
| 15 | 1804-1805 | 72 |
| 16 | 1806 | 76 |
| 17 | 1807-1810 | 46 |
| 18 | 1811-1819 | 72 |
| 19 | 1820-1821 | 41 |
| 20 | 1822 | 54 |
| 21 | 1823-1856 | 75 |
| | **Total de Capilhas** | 1.356 |

Desse modo, conseguimos situar alguns dos Capitães-Mores, cronologicamente, transferindo a documentação, por eles assinada, para outras caixas. Observe-se o caso da Caixa 21. (Quadro 3).[9]

[9] Também foram incluídos no Acervo da Capitania do Cearás dois documentos que se encontravam no Acervo da Capitania do Piauí: o da Caixa 19, doc. 12/ PI,1802,abr. 5, foi transferido para Caixa 13/CE e o da Caixa 20, documento 37/ PI, 1803, nov. 28 foi transferido para Caixa 14/CE.
As "Capilhas" 21 e 22, da Caixa 17/CE foram transferidas para o acervo da Bahia, pois são referentes à Capitania de Ilhéus.

Quadro 3

| Nº da Capilha | Transferido para caixa |
|---|---|
| 44 | 05 |
| 45 | 06 |
| 51 | 11 |
| 52 | 11 |
| 54 | 19 |
| 55,56,57 | 17 |
| 59 | 01 |
| 70 | 02 |
| 73 | 06 |
| 75 | 08 |
| 75.a (*) | |

(*) Documento transferido do Acervo do Ceará para o "Geral do Brasil"

Uma vez que o período de minha permanência em Lisboa – dois meses, março a abril de 1997 – foi bastante limitado, adotamos como tática para agilizar a pesquisa, separar os documentos de difícil leitura, a fim de submetê-los a uma revisão final. Dessa maneira, foi possível reexaminá-los, pacientemente, após ter concluído a primeira consulta das 21 Caixas documentais existentes, relativas à Capitania do Ceará, concentrando nossa atenção numa reclassificação documental. Para tanto, levamos em consideração as definições e classificações de documentos existentes, sendo-nos valiosa a orientação do Sr. Cintra, Arquivista e Vice-Diretor do Arquivo Histórico Ultramarino, a fim de que pudéssemos identificar a tipologia documental: Carta-Régia, Regimentos, Estatutos, Alvarás, Cartas, Carta de Lei, Avisos ou Cartas de Secretários, Consultas, Portarias, Ofícios, Resoluções ou Carta Patente.

Se o tempo disponível ao andamento das atividades necessárias tivesse sido maior, provavelmente o trabalho tornar-se-ia mais simples, uma vez que o cronograma poderia ser cumprido com maior adequação. Entretanto, os dois meses reservados ao trabalho proposto nos permitiram apenas coletar os informes básicos, contidos na documentação selecionada, ficando a redação

final do trabalho, incluindo-se a digitação, para serem efetuadas após o nosso regresso a Fortaleza. Pelo exposto, constata-se os limites e as contradições da pesquisa efetuada: concretizar todas as atividades de coleta de dados e informes à mão, deixando a agilidade do computador para a fase final do trabalho.

Por isso, a tarefa que nos foi atribuída, uma simples revisão do Trabalho efetuado pela Professora Célia Guabiraba, transformou-se numa verdadeira atividade de leitura paleográfica, identificação e organização de documentos, que tinham sido com o passar do tempo deslocados ou transferidos para outras seqüências. Além da estada em Lisboa, levamos mais quatro meses na revisão e digitação final do trabalho. As razões de tal morosidade tornam-se plausíveis, se levarmos em conta as condições de trabalho do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará. O nosso afastamento da Instituição em pleno período letivo não nos desobrigou dos encargos didáticos. Durante os primeiros dias de março, lecionamos normalmente e, durante o período de permanência em Lisboa, outro colega assumiu o horário reservado à disciplina por nós ministrada e, ao regressarmos, ocupamos o tempo que lhe fora cedido, a fim de repor o total de aulas, que deviam ser dadas. A explicação pode parecer fantasiosa, mas decorre de uma realidade vivenciada: o restrito número de Professores no Departamento de História ante a possibilidade de concretizar um projeto fundamental ao desdobramento das pesquisas de História do Ceará Colônia.

Na verdade, as simples tarefas do nosso cotidiano profissional tornam-se significativas, sobretudo quando conseguimos superar os empecilhos, resultantes de imprevistos e exigências surgidos. Portanto, esperamos que os esforços despendidos contribuam para a composição do Inventário Final, que servirá de Guia para a microfilmagem, a ser efetuada em Lisboa, visando a uma posterior publicação. Além disso, os CD-ROMs a serem distribuídos entre algumas Instituições de Pesquisa, no Brasil, como o Arquivo Público Nacional, O Arquivo Público do Estado do Ceará, o Arquivo do Núcleo de Documentação Cultural, da Universidade Federal do Ceará, além do Acervo do Instituto do Ceará, certamente concretizarão o velho anseio de facilitar o acesso dos nossos

pesquisadores ao manancial contido na documentação do Arquivo Histórico Ultramarino.

Se formos examinar com atenção as "Capilhas" consultadas, desde o início do trabalho há curiosos detalhes, que nos fazem descobrir a continuidade da História. Ao manusearmos a primeira "capilha", de 1618, logo nos demos conta da contribuição deixada pelo Barão de Studart. Após a especificação do documento, ou seja, - "Requerimento do Capitão Martins Soares Moreno, em que expõe a D. Filipe II serviços prestados na conquista e povoamento do Ceará, matando piratas franceses e flamengos. Pede uma ajuda de custo." - há uma curiosa nota, anexa ao referido documento: "Este requerimento foi publicado pelo Barão de Studart, Tricentenário do Ceará – Martins Soares Moreno – Documento para a sua História. Fortaleza, Ceará, 1903, p. 12 a 14. Portanto, o hoje realizado não deixa de ser uma continuidade de uma significativa experiência anterior.

Manuseando os documentos disponíveis, outros informes vão brotando. Embora muitas vezes possam parecer apenas factuais, descobre-se, após uma leitura atenta, o caráter simbólico de que estão imbuídos. Observe-se, por exemplo, a Consulta do Conselho Ultramarino, datada de 5 de fevereiro de 1663, "sobre o requerimento de João de Mello Gusmão que é o primeiro povoador que vai com a família para o Ceará. Ele pede no seu requerimento que o Rei lhe passe Provisão para que o Governador de Pernambuco o socorra com as rações ordinárias".

Curioso é o pouco interesse que a princípio a Capitania despertava. De acordo com uma carta do Bispo de Pernambuco, ao Rei, datada de 26 de Junho de 1698, constata-se "o pouco interesse despertado pela Capitania, até a invasão holandesa, quando o Ceará passou à jurisdição de Pernambuco. Além de mencionar a criação da Paróquia, informa-se que o Capelão recebia 50 mil réis de proventos. E algumas irmandades já haviam sido criadas, como a da Padroeira, a de Santo Antônio e das Almas. Mesmo assim, tornara-se comum após um ou dois anos de permanência, que os Padres abandonassem a Paróquia. O Pe. Amaro Fernandes de Abreu foi um dos que retornou ao Reino, "sem renunciar nem pedir licença". E havia outros casos mais curiosos, como o do Pe. João Leite de Aguiar, "que se indispôs com os soldados e o Capitão-Mor".

Sobre os indígenas, inúmeros são os informes, que bem retratam a força colonizadora ante as culturas nativas: uma Carta de Cristovão Soares Reimão, ao Rei, informa "Ter medido a terra da aldeia dos tapuias Äcoansus e índios Tobajaras na Serra da Ibiapaba". Comunica ainda que ali foram encontrados 400 casais e duas mil almas, além de 200 tapuias". Esse é apenas um dentre os vários documentos que espelham a força e as contradições do confronto entre culturas diferenciadas.

Diversos são os informes relativos ao relacionamento entre índios e colonizadores. Em todos eles sempre fica comprovada a ação cerceadora do branco sobre a cultura considerada inferior. Em 13 fevereiro de 1703, Cristovão Soares Reimão, da Ribeira do Jaguaribe, em carta ao Rei, de 23 de fevereiro de 1708, informava que, na Capitania do Ceará, "estão vários moradores com índias furtadas a seus maridos, há quatro, dez e quinze anos."

Ao se abordar a questão indígena, visualiza-se a presença dos Padres Jesuítas em diferentes localidades, inclusive na região serrana. E a ameaça do colonizador se expressava nos requerimentos, enviados ao Rei, como ocorria nas terras ocupadas pelos índios da Ibiapaba, que compreendia a área desde a ladeira da Uruoca até a localidade, denominada Itapiúna. O teor do requerimento centraliza-se no pedido, a fim de ordenar que "nenhum passageiro tome agasalho em casa particular dos índios, para assim se evitar as insolências praticadas"[10]. Os limites estabelecidos entre a Ladeira da Uruoca até Itapiúna decorriam de uma doação, efetuada por D. João V, em 5 de dezembro de 1720. A citada Missão era considerada "...a paz e o sossego das duas Capitanias do Piauí e Ceará e os índios eram considerados "... bons soldados que Va. Magde. Tem mto. Promptos pa. Tudo, sem com eles gastar nada..."[11] Todavia, nem sempre a submissão ocorria passivamente. Em 1753, o Capitão-Mor, Luís Quaresma Dourado, notificava o

[10] Cf. Parecer do Conselho Ultramarino e Requerimento dos Índios da Ibiapaba, de 1720. Os limites estabelecidos entre a Ladeira da Uruoca até Itapiúna decorriam de uma doação, efetuada por D. João V, em 5 de Dezembro de 1720.

[11] Carta do Ouvidor Alexandre de Proença Lemos, ao Rei (D. José I), sobre o problema dos índios da Ibiapaba.

Rei sobre as Missões da Serra da Ibiapaba, acusando os nativos de destruírem benfeitorias efetuadas por moradores, que habitavam nas proximidades das Missões. E o motivo da ação indígena era clara: "Os índios diziam que a terra era deles".[12]

Até meados do século XVIII, a situação dos habitantes da Capitania ainda causava sérias preocupações às autoridades lusitanas. Mais precisamente, em 15 de dezembro de 1749, a morte do Capitão Mor, Francisco da Costa levou o Conselho Ultramarino a reconhecer que a "maioria dos habitantes é formada por criminosos. Nem todos os homens têm capacidade para ocupar aquele governo."

A própria situação da Vila de Fortaleza era precária, sendo considerado deplorável o seu estado, inclusive o da própria Matriz. Assim, em dezembro de 1748, uma Ordem Régia autorizava que todos os santos, paramentos e relíquias existentes na Igreja da Vila de Fortaleza, fossem transferidos para a de Aquiraz.

Nas últimas décadas do século XVIII, os informes enviados ao Reino referiam-se à situação econômica da Capitania. A comercialização da carne seca, o uso dos couros e solas, a aguardente e suas conseqüências, as medidas voltadas ao plantio do algodão, o reparo e a abertura de estradas constituíam o conteúdo da documentação, encaminhada à Rainha, D. Maria I.[13] Foi, no final desse século que a crise da comercialização do charque já se fez notar. A subida do preço do gado agravava a situação, inclusive fazendo declinar o índice de impostos arrecadados anteriormente. A Falta de dinheiro constituía preocupação não apenas de uma localidade, mas tornava-se constante nas principais Vilas, como Soure ou Mecejana.

A relação entre autoridades constituídas e o Clero nem sempre eram cordiais. Em diversas ocasiões constata-se confrontos entre os representantes do Rei e os Padres. Em 1787, uma Carta dos Párocos das Igrejas Matrizes da Capitania do Ceará continha

[12] Cf. Carta do Capitão-Mor, Luís Quaresma Dourado, ao Rei, (D. José I), de 12 de novembro de 1753.

[13] Carta do Ouvidor Manuel Magalhães Pinto e Avellar, à Rainha, de 3 de fevereiro de 1787.

denúncias contra o Capitão-Mor, João Batista de Azevedo Coutinho de Montauri. A Igreja se dizia vítima de arbitrariedades dessa autoridade, que era comparado a Nero e Diocleciano.

As referências às secas refletiam a instabilidade econômica da Capitania. A grande seca de 1791 a 1794 levou diversas pessoas à miséria e os impostos cobrados dificultavam ainda mais a situação. O subsídio militar de seiscentos e quarenta réis, cobrado por cada cabeça de gado, preocupava seriamente a população.[14]

As medidas preventivas à manutenção do controle estabelecido sobre a capitania eram realçadas em diferentes momentos do período de colonização, retratando a preocupação das autoridades constituídas em garantir as determinações impostas. E já se configurava uma certa preocupação em preservar a vegetação existente, o que muitas vezes ocasionava transtornos à vida cotidiana dos habitantes da Capitania. A separação do Ceará da Capitania de Pernambuco, a princípio recebida com regozijo, trouxe inquietações aos habitantes locais. A falta de recursos necessários às melhorias almejadas somava-se à inexistência de navegação direta entre a Capitania do Ceará e Lisboa. A proibição de abertura de novos roçados e o derrubamento de madeiras constavam nos documentos enviados ao reino.[15]

Em relação ao Porto de Fortaleza, geralmente os informes transmitidos situam-no em uma situação precária. Na verdade, o incremento das atividades comerciais no Ceará só se acentuariam a partir dos anos cinqüenta, quando além do algodão, a cera de carnaúba e o café destacar-se-iam na pauta de exportações. Somente a partir de 1860 , Fortaleza obteria não só a primazia do comércio direto com a Europa, mas também com outras Províncias, uma vez que seu porto seria incluído nas rotas que se estendiam para a atual Região Sudeste. Os negócios de exporta-

[14] Vide Representação da Câmara da Vila de Icó, ao Rei (Regência do Príncipe D. João), de 25 de fevereiro de 1801.

[15] Cf. Representação da Câmara da Vila de Fortaleza, ao Rei (Regência do Príncipe D. João), de 18 de agosto de 1801.

ção-importação e as trocas mercantis aumentariam o número de comerciantes estabelecidos na cidade.[16]

Não obstante, em princípios do século XIX as reclamações contra as condições do Porto de Fortaleza tornavam-se freqüentes, apesar das autoridades locais considerarem o Porto do Mucuripe como excelente. Embora achando-se concluída a "Casa de Inspeção dos Algodões", sentia-se "a necessidade de construir-se no porto do Mucuripe, uma ponte de madeira, por causa dos ventos que fazem levantar muitas ondas".[17]

Ao nos debruçarmos sobre a temática das relações comerciais, mantidas entre a Metrópole Lusitana e o Nordeste Brasileiro, a princípio somos tentados a querer classificá-la de forma homogênea, dentro de um mesmo modelo de análise, que se enquadre numa caracterização comprobatória do sistema de exploração comercial. Entretanto, analisando a documentação específica da Capitania do Ceará, apesar de não se poder excluí-la de sua inserção do Sistema Colonial, mesmo assim, através do conteúdo de diversos documentos, observa-se uma modalidade diferenciada no tipo de colonização empreendida.

Explicitando melhor a questão, é impossível deslocar a Capitania do Ceará de sua inserção no Sistema Colonial implantado. Entretanto, há um aspecto peculiar que agrava o sistema de exploração local, travando os possíveis impulsos à dinamização das relações comerciais. Além da subsunção formal à Lisboa, o Ceará atrelara-se à Capitania de Pernambuco, por imposições do controle administrativo imposto, agravando ainda mais o entrave à economia local. Por isso, se as colônias já sofriam, pois só podiam "...comerciar diretamente com a metrópole, excluída toda e qual-

[16] Sobre o desenvolvimento comercial de Fortaleza na II metade do século XIX, torna-se imprescindível a consulta à obra da Professora Denise Takeya, Europa, França e Ceará: as origens do capital estrangeiro no Brasil. Natal, UFRN, Ed. Universitária, 1995 e também ao trabalho do professor Geraldo da Silva Nobre, Historicidade da Associação Comercial do Ceará: 1866-1991 Fortaleza, Stylus Comunicações, 1991.

[17] Ofício nº 14, do Governador da Capitania do Ceará, Bernardo Manuel de Vasconcelos, ao Visconde de Anadia (Ministro do Reino), de 30 de junho de 1802.

quer outra nação, ainda que lhes faça um comércio mais vantajoso", o caso específico do Ceará agravaria de forma mais acentuada a sua função de economia complementar.[18]

Sem autonomia, a própria porta de entrada da Capitania, expressa num sistema portuário adequado, permaneceu durante muito tempo de pouca expressão, atrelada ao Porto do Recife. Considerando tais razões, percebe-se o porquê da longa morosidade das obras de construção do Porto de Fortaleza, que perduraria até a segunda metade do século XIX.

Desse modo, as várias tentativas de dinamização da economia local sempre terminavam em retumbante fracasso, como a experiência de exploração das Minas de São José dos Cariris Novos. De acordo com a carta do Capitão-Mor, Luís Quaresma Dourado, ao Rei, [D. José I], as minas "... são pobres e não rendem mais do as limitadas faíscas achadas no exame que fez na Vila do Icó". A despesa efetuada tinha sido exorbitante, considerando-se os gastos com o destacamento, oficiais e índios, envolvidos no trabalho.

Como testemunho do limitado espaço ocupado pela Capitania no contexto administrativo do Brasil-colônia da época, basta recorrer a pronunciamentos dos próprios Capitães-Mores a fim de se comprovar o seu papel secundário, que pouco estimulava os próprios administradores. Para o Capitão-Mor, João Batista de Azevedo Coutinho de Montauri, que governou a Capitania de 1782-1789, a definição do estado da mesma assim se expressava: "Desde que cheguei a esta desgraçada, e escabrosa Capitania, e tomei posse do seu infeliz governo..." Em outro documento, o referido Capitão-Mor refere-se "à indolência dos habitantes do Ceará, cujo pão vinha de Pernambuco, por preguiça de cultivar a mandioca. Limitavam-se à criação de gado."[19]

---

[18] Cf. AZEREDO COUTINHO, J. J. da Cunha de. Ensaio Econômico sobre o Comércio de Portugal e suas Colônias, 3ª edição Lisboa, 1828, p.149.

[19] Cf. Ofício do Capitão-Mor João Batista de Azevedo Coutinho de Montauri, a Martinho de Melo e Castro, membro do Poder Executivo, que geria os negócios das Colônias, s/d.

A dinâmica do "Brasil nos Quadros do Antigo Sistema Colonial" já nos foi demonstrada por Fernando de Novais. Entretanto, se tomarmos a definição ampla empregada pelo autor, para delinear o sistema colonial, percebe-se a sua validade para fornecer uma visão geral do sistema, excluindo-se as peculiaridades de outros espaços dominados: "Escravismo, tráfico negreiro, formas várias de servidão formam portanto o eixo em torno do qual se estrutura a vida econômica e social do mundo ultramarino valorizado para o mercantilismo europeu. A estrutura agrária fundada no latifúndio se vincula ao escravismo e através dele às linhas gerais do sistema; as grandes inversões exigidas pela produção só encontram rentabilidade, efetivamente, se organizada em grandes empresas."[20]

Todavia, se considerarmos as condições impostos pelo Sistema Colonial na Capitania Cearense, torna-se explícito o seu caráter particular, diferenciando-o das demais experiências, pois além de uma dependência às contingências climáticas, a subordinação a Pernambuco deixava transparecer um traço por demais específico nas relações coloniais aqui desenvolvidas. E mesmo no século XIX, após a Independência, quando se instalara o sistema administrativo da Província, o Ceará há muito rompera a subordinação a Pernambuco, mais ainda voltava-se para fora, ou seja, um outro fulcro exploratório o atraía: o processo de ocupação do espaço da Região Norte, para onde afluíam contínuas migrações.

[20] NOVAIS, Fernando. O Brasil nos Quadros do Antigo Sistema Colonial in MOTA, Carlos Guilherme (Org.). Brasil em Perspectiva. 10ª ed. São Paulo: Difel, 1978, p. 62.